

Sociedade

PS criticou aumento de área para pedreiras

Ourém tem novo PDM, aprovado 14 anos após o início da revisão

Maria Anabela Silva

anabela.silva@jornaldeleiria.pt

Um momento “histórico” e “importante” para o desenvolvimento de Ourém. Foi desta forma que quer o presidente da Câmara quer vários deputados municipais se referiram à aprovação da nova versão do PDM, ratificada na passada sexta-feira, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal (AM), com 21 votos a favor e 13 abstenções (PS e MOVE). Termina, assim, o processo de revisão iniciado há 14 anos, prevendo-se que o novo PDM entre em vigor dentro de um mês, o prazo que a Câmara estima para a publicação em *Diário da República*.

Recordando que a conclusão deste dossier foi uma prioridade “máxima” traçada para este mandato, o presidente da Câmara reconhece que o novo plano “não é perfeito nem vai ao encontro da expectativa de todos”. Mas, garante, houve “um esforço grande para acomodar muitas das pretensões de munícipes”. “É um PDM que nos dá muita responsabilidade”, acrescenta Luís Albuquerque, frisando que o documento elenca os grandes investimentos públicos a fazer nos próximos dez anos, mas prevê que, se não forem concretizados, os terrenos possam reverter para outras utilizações, não ficando cativos *ad eternum*.

O presidente da Câmara deixou ainda a promessa de que a estratégia do PDM “é para cumprir”, dando “segurança e previsibilidade aos interessados”, sublinhando, contudo, que um documento desta dimensão “não é imune às modificações que se revelarem necessárias”.

Em nome da bancada do CDS-PP, Martim Freitas considera que a aprovação da revisão do PDM é “um dia muito importante para Ourém e para ourienses”. Da versão final, destaca a aposta na “qualificação do solo urbano, obedecendo a princípios de sustentabilidade, regeneração urbana e requalificação do espaço público” e “na adopção de soluções de acessibilidade e mobilidade. No seu entender, o novo PDM promove ainda “estratégias para fomentar atractividade de viver em Ourém”.

As críticas vieram da bancada do PS, com José Alho e Nuno Batista a lamentarem que o novo PDM permita aumentar a área de exploração de recursos geológicos, acrescentando aos 180 hectares já licenciados mais 363 hectares onde tal é possível. “Isto não é para nós aceitável nem se com-

Os números

765

participações feitas durante a discussão pública, das quais, 343 (45%) foram total ou parcialmente atendidas

33.277

Os perímetros com capacidade edificatória definidos no novo PDM permitem a construção de 33.277 novas habitações, suficientes para albergar quase 100 mil habitantes

preende pelo histórico com que nos confrontamos na zona de Casal Farto, Maxieira, Boleiros e arredores e tem sido objecto de aceso debate nesta Assembleia”, afirmou José Alho.

Também Nuno Batista lembrou que “parte da população” tem sido “altamente prejudicada na sua qualidade de vida” pela exploração de pedreiras e defendeu que esta actividade devia “ficar mais limitada”. Em resposta, o presidente da Câmara alegou que, com o novo regulamento do PDM, o Município “terá mais poder” nesta área, passando “obrigatoriamente a ser ouvido no licenciamento” de exploração. Por outro lado, se estiver em causa uma ampliação “superior a 20% [da área existente], é necessário um Plano de Pormenor”.

José Alho criticou ainda o momento escolhido para a aprovação da proposta de revisão do PDM, que, devido à pandemia, teve de ser feita com recurso a uma reunião da AM por vídeo-conferência. Lembrando que a sessão já tinha sido adiada em Março, João Moura, presidente da AM, explicou que a decisão de avançar com a votação teve em conta “a importância que representa o documento” e a dificuldade de prever quando a pandemia será ultrapassada. “Depois de muita ponderação”, foi decidido “não continuar a adiar”, até porque, há neste momento “cerca de 90 pretensões paradas na divisão de ordenamento do território” da Câmara. São, explicou, “licenciamentos que cumprem já o novo PDM” e que estão à espera da sua entrada em vigor.

Pombal

Meirinhas manda favas às pessoas

Arrancou há três anos e tem como propósito criar um evento festivo capaz de envolver a população e dinamizar várias associações da freguesia. Mas esta edição está a ser bem diferente para o *Festival da Fava*, de Meirinhas, em Pombal, já que a pandemia lhe fez trocar as voltas. Em vez de juntar a população na Junta à volta do pra-

to de favas, é a Junta que envia as favas aos apreciadores. Virgílio Lopes, presidente da Junta de Meirinhas, organizadora do certame, explica que esta edição iria realizar-se entre 1 e 3 de Maio. Contudo, uma vez que a covid-19 impediu a concentração do público, são as favas que têm chegado ao domicílio. E a adesão é expressiva. Des-

de a primeira colheita, no passado dia 5, a Junta já vendeu mais de uma tonelada de favas. Por 80 cêntimos o quilo, cada um pode fazer o seu festival em casa, relata o autarca.

Esta semana há nova colheita e já há pedidos em lista de espera, adianta o presidente da Junta de Meirinhas.

PUBLICIDADE

PORTUGAL CHAMA: LIMPE OS SEUS TERRENOS. É OBRIGATÓRIO.

Os terrenos por limpar são uma das principais causas de propagação dos incêndios, pondo em risco a vida e o património das pessoas. Se ainda não fez a limpeza do seu terreno deve fazê-lo até 31 de maio. Evite coimas que podem chegar aos €120.000.

- É obrigatório limpar uma faixa de 50 metros em torno da sua casa
- É obrigatório limpar os seus terrenos até 31 de maio

POR SI. POR TODOS.

Saiba mais na sua Junta de Freguesia, Câmara Municipal ou pelo 808 200 520.

Saiba mais em portugalchama.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA